



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ/CCGR
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - GEOGRAFIA**

LUCIANO DE SOUSA SILVA

**LEÃO LEDA E OS CONFLITOS POLÍTICOS NO SERTÃO DO MARANHÃO
(1898-1909)**

GRAJAÚ/MA

2026

LUCIANO DE SOUSA SILVA

**LEÃO LEDA E OS CONFLITOS POLÍTICOS NO SERTÃO DO MARANHÃO
(1898-1909)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Grajaú, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador(a): Profa. Dra. Rosimary Gomes Rocha

GRAJAÚ/MA

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Luciano de Sousa.

Leão Leda e os conflitos políticos no sertão do
Maranhão 1898 - 1909 / Luciano de Sousa Silva. - 2026.
17 p.

Orientador(a): Rosimary Gomes Rocha.

Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade
Federal do Maranhão, Grajaú, Maranhão, 2026.

1. História Política. 2. Sertão Maranhense. 3. Leão
Leda. 4. Primeira República. 5. Maranhão. I. Rocha,
Rosimary Gomes. II. Título.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado, em 09 de janeiro de 2026, pela
Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Rosimary Gomes Rocha (orientadora)
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

Prof. Dr. Luciano Rocha da Penha (examinador)
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

Profa. Dra. Sandra Maria Barros Alves (examinadora)
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

AGRADECIMENTOS

Ao findar o labor da escrita do presente trabalho, dedico meus especiais agradecimentos à minha mãe, pessoa que foi o alicerce da minha vida para que eu chegasse até aqui. Apesar de em sua própria vida não ter tido oportunidades de estudar, nunca deixou de acreditar no poder que há na educação. Foi a minha dose de coragem quando eu pensei em desistir; à minha magnífica orientadora, professora doutora Rosimary Gomes Rocha, a quem carinhosamente chamamos Rosy, que com muita paciência, conduziu a minha jornada de pesquisa e escrita desse artigo; à Rute Helena, então presidente da Academia Grajauense de Letras e Artes, que me contou tudo o que sabia sobre o assunto, e me presenteou com livros que foram divisores de água para a conclusão deste trabalho; à professora doutora Caroliny Lima, a quem também carinhosamente chamamos Carol, que não somente me atualizou acerca das normas da ABNT, mas serviu, de fato, como uma editora para o texto. A todos, muito obrigado.

Compreender o passado é uma forma de libertar o presente (Hannah Arendt)

LEÃO LEDA E OS CONFLITOS POLÍTICOS NO SERTÃO DO MARANHÃO (1898-1909)

LEÃO LEDA AND THE POLITICAL CONFLICTS IN THE MARANHÃO HINTERLAND (1898–1909)

LEÃO LEDA ET LES CONFLITS POLITIQUES DANS LE SERTÃO DU MARANHÃO (1898–1909)

Luciano de Sousa Silva

Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Humanas/Geografia pela
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Centro de Ciências de Grajaú.

Email: sousa.luciano@discente.ufma.br

Rosimary Gomes Rocha

Professora Doutora do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Humanas/Geografia pela
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Centro de Ciências de Grajaú.

Email: rosimary.rocha@ufma.br

RESUMO

Leão Rodrigues de Miranda Leda. Para a memória oficial, um fora da lei que desafiou as forças públicas no fim do século XIX no sertão grajauense. Para os grajauenses, um caudilho, herói que lutou pela visibilidade do esquecido sertão e seus sertanejos. A Guerra do Leda, também mencionada por alguns autores como Guerra do Grajaú, conflito político que deu visibilidade nacional a Leão Leda, foi um episódio chave para que a violência de Estado promovida por Benedito Pereira Leite, grande coronel da política maranhense, contra os sertanejos, fosse escancarada. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental e bibliográfica, utilizando-se de obras historiográficas, pesquisas acadêmicas e, especialmente, de jornais da época, os quais permitiram reconstruir os acontecimentos e compreender as narrativas produzidas sobre o conflito. O artigo teve como objetivo principal reconstruir e analisar o contexto histórico-político da Guerra do Leda, buscando compreender as disputas de poder que marcaram o sertão maranhense no período da Primeira República. Especificamente, objetivou-se levantar e analisar fontes históricas, interpretar os dados documentais encontrados e compreender o conflito em sua dimensão política e social. Concluiu-se a partir dela que a Guerra do Leda representou um conflito político estruturado no sertão maranhense, revelando a violência de Estado como instrumento de manutenção do poder das oligarquias regionais. A análise demonstrou que Leão Leda não pode ser reduzido à condição de fora da lei, mas deve ser compreendido como uma liderança política sertaneja, dotada de legitimidade social e inserida nas disputas locais de poder. Ao resgatar um episódio historicamente silenciado, o estudo evidenciou o sertão como espaço político ativo e contribuiu para a ampliação da compreensão sobre as dinâmicas de poder, resistência e memória na história regional do Maranhão.

Palavras-chaves: História política. Sertão maranhense. Leão Leda. Primeira República. Maranhão.

ABSTRACT

Leão Rodrigues de Miranda Leda. In official memory, an outlaw who challenged public forces at the end of the nineteenth century in the Grajaú backlands. For the people of Grajaú, a caudillo, a hero who fought for the visibility of the forgotten backlands and its sertanejo population. The War of Leda, also mentioned by some authors as the War of Grajaú, a political conflict that gave national visibility to Leão Leda, was a key episode in exposing the state violence promoted by Benedito Pereira Leite, a major coronel of Maranhão politics, against the sertanejo population. The research was developed from a qualitative approach, based on documentary and bibliographical

analysis, drawing on historiographical works, academic studies, and especially newspapers from the period, which made it possible to reconstruct the events and understand the narratives produced about the conflict. The article's main objective was to reconstruct and analyze the historical-political context of the War of Leda, seeking to understand the power disputes that marked the Maranhão backlands during the period of the First Republic. Specifically, the study aimed to identify and analyze historical sources, interpret the documentary data found, and understand the conflict in its political and social dimension. It was concluded from this that the War of Leda represented a structured political conflict in the Maranhão backlands, revealing state violence as an instrument for maintaining the power of regional oligarchies. The analysis demonstrated that Leão Leda cannot be reduced to the condition of an outlaw, but must be understood as a sertanejo political leadership, endowed with social legitimacy and inserted into local power disputes. By recovering a historically silenced episode, the study highlighted the backlands as an active political space and contributed to broadening the understanding of the dynamics of power, resistance, and memory in the regional history of Maranhão.

Keywords: Political history; Maranhão backlands; Leão Leda; First Brazilian Republic. Maranhão

RÉSUMÉ

Leão Rodrigues de Miranda Leda. Pour la mémoire officielle, un hors-la-loi qui défia les forces publiques à la fin du XIX^e siècle dans le sertão de Grajaú. Pour les habitants de Grajaú, un caudillo, un héros qui lutta pour la visibilité du sertão oublié et de ses populations sertanejas. La Guerre du Leda, également mentionnée par certains auteurs comme la Guerre de Grajaú, conflit politique qui donna une visibilité nationale à Leão Leda, fut un épisode clé pour que la violence d'État promue par Benedito Pereira Leite, grand coronel de la politique maranhense, contre les populations sertanejas soit mise en lumière. La recherche a été développée à partir d'une approche qualitative, fondée sur l'analyse documentaire et bibliographique, en mobilisant des ouvrages historiographiques, des recherches académiques et, en particulier, des journaux de l'époque, lesquels ont permis de reconstituer les événements et de comprendre les narrations produites sur le conflit. L'article avait pour objectif principal de reconstruire et d'analyser le contexte historico-politique de la Guerre du Leda, en cherchant à comprendre les luttes de pouvoir qui ont marqué le sertão maranhense durant la période de la Première République. Plus spécifiquement, il s'agissait d'identifier et d'analyser les sources historiques, d'interpréter les données documentaires recueillies et de comprendre le conflit dans sa dimension politique et sociale. Il a été conclu à partir de celle-ci que la Guerre du Leda représenta un conflit politique structuré dans le sertão maranhense, révélant la violence d'État comme un instrument de maintien du pouvoir des oligarchies régionales. L'analyse a démontré que Leão Leda ne peut être réduit à la condition de hors-la-loi, mais doit être compris comme une leadership politique sertaneja, dotée de légitimité sociale et insérée dans les luttes locales de pouvoir. En ressuscitant un épisode historiquement réduit au silence, l'étude a mis en évidence le sertão comme un espace politique actif et a contribué à l'élargissement de la compréhension des dynamiques de pouvoir, de résistance et de mémoire dans l'histoire régionale du Maranhão.

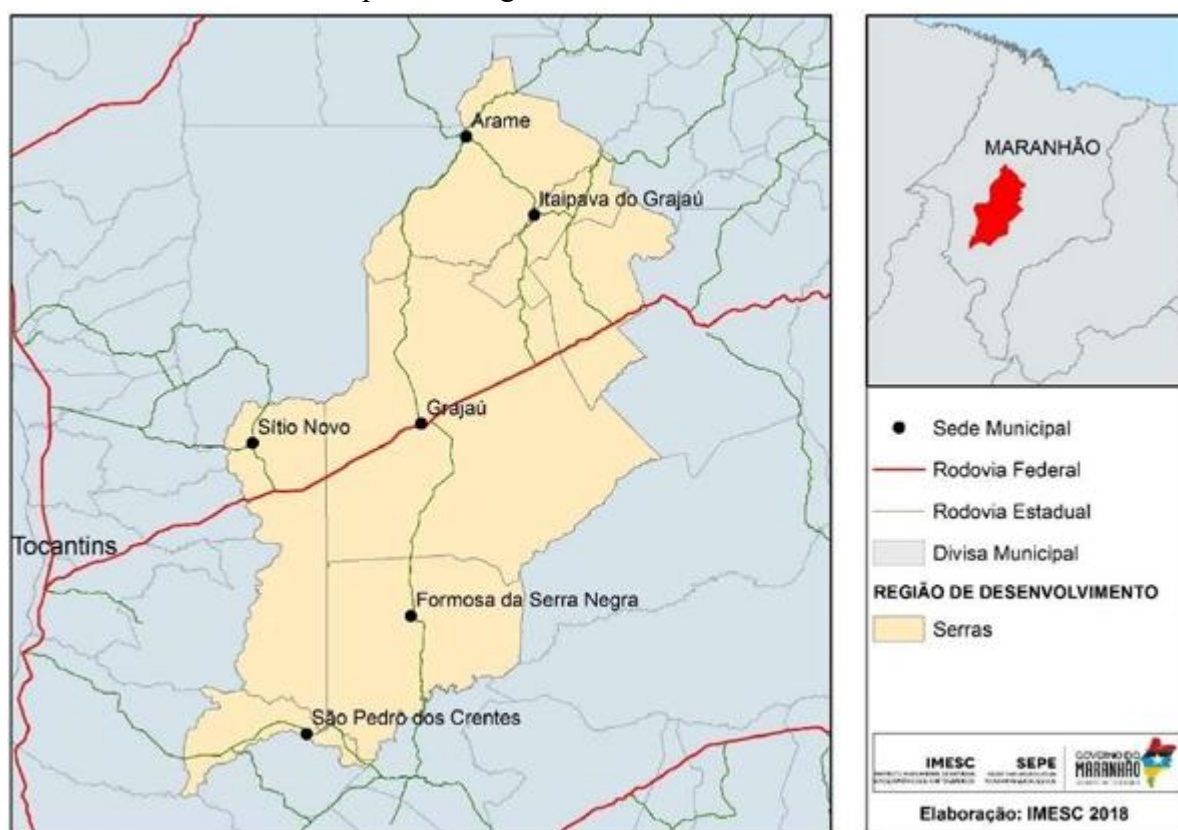
Mots-clés: Histoire politique; Sertão maranhense; Leão Leda; Première République brésilienne. Maranhão.

INTRODUÇÃO.

Estudar a história das lideranças políticas do sertão brasileiro tem se tornado cada vez mais uma atividade de pesquisa fundamental para compreender como se estruturam as dinâmicas do poder, resistência e organização social das regiões mais afastadas dos centros decisórios do Brasil.

No estado do Maranhão, o sertão de Grajaú localiza-se na porção centro-sul do território e, conforme a Regionalização do Estado do Maranhão (2020), integra, junto aos municípios de Arame, Itaipava do Grajaú, Sítio Novo, Formosa da Serra Negra e São Pedro dos Crentes, a Região de Desenvolvimento das Serras, uma divisão territorial concebida a partir de critérios socioeconômicos, históricos e geográficos voltados ao planejamento regional. A espacialização dessa regionalização, conforme evidenciado no mapa 1, permite situar Grajaú no interior maranhense como área estratégica de articulação territorial e política.

Mapa 01 – Região de Desenvolvimento das Serras.



No contexto contemporâneo, Grajaú figura-se como o principal polo da Região de Desenvolvimento das Serras, sendo também destacado, em termos socioeconômicos, pelo seu elevado contingente populacional, pelo Produto Interno Bruto municipal e pela dimensão territorial que o posicionam como referência regional (IMESC, 2020). A dinâmica econômica

do município é marcada por uma estrutura setorial diversificada: o setor de serviços configura-se como o principal componente da economia local, seguido pela administração pública. A indústria e a agropecuária também desempenham papel relevante na produção de riqueza e no mercado de trabalho, destacando-se, no âmbito industrial, a atividade de extração e beneficiamento do gesso, que projeta Grajaú como um dos mais importantes polos gesseiros do Brasil (IBGE, 2023).

Essa composição econômica, ao articular de forma integrada atividades terciárias, secundárias e primárias, sustenta a posição de Grajaú como centro regional de circulação de bens, serviços e atividades produtivas, funcionando como polo articulador das dinâmicas econômicas do interior maranhense. Tal centralidade extrapola as fronteiras político-administrativas imediatas do município, projetando Grajaú como referência regional no abastecimento, na oferta de serviços e na organização das cadeias produtivas, o que reforça seu papel estratégico no contexto da Região de Desenvolvimento das Serras.

No período analisado por este estudo, especialmente entre o final do século XIX e o início do século XX, Grajaú possuía uma extensão territorial significativamente ampla, sendo a partir deste território que, através de emancipações, constituíram-se municípios como Barra do Corda (1854), Imperatriz (1856), Porto Franco (1919) etc (IBGE, 1959).

Na metade do século XX, Grajaú destacava-se como o maior município do estado do Maranhão em termos de extensão territorial, aspecto relevante para a compreensão de sua histórica centralidade regional. Nesse período o município apresentava uma população majoritariamente rural, com predomínio de atividades econômicas vinculadas à lavoura e à pecuária, especialmente ao cultivo de produtos como arroz, milho, feijão, fava, fumo, algodão e banana, além da criação de diferentes tipos de rebanho (Rocha, 2017).

Grajaú apresenta uma rica história marcada por disputas de poder intensas e sangrentas, e líderes políticos que marcaram não apenas a história, mas influenciaram diretamente a configuração simbólica e cultural do território. Apesar de sua importância, muitas dessas figuras permanecem invisíveis na historiografia tradicional, ficando à margem de narrativas que privilegiam a perspectiva das elites políticas do litoral e dos grandes centros. Tal ofuscamento desses personagens contribui para a ausência de elementos que representem essa história na paisagem cultural das cidades interioranas.

Nesse contexto, Leão Rodrigues de Miranda Leda surge como um exemplo das disputas sangrentas pelo poder no período de transição entre o Império e a Primeira República. Líder político estrategista e ferrenho defensor dos ideais republicanos, Leda foi uma das principais figuras envolvidas no episódio historicamente conhecido como Guerra do Leda ou Guerra do Grajaú, conflito político travado entre Leda e o grande coronel da política maranhense Benedito Pereira Leite através de seus prepostos. Um conflito que extrapolou as rivalidades locais,

tornando-se um episódio sangrento que deu visibilidade nacional ao sertão grajauense através dos escritos do jornalista João Parsondas de Carvalho aos jornais “A Pacotilha”, de São Luís, e “Jornal do Brasil”, do Rio de Janeiro.

Diante do exposto, o presente artigo teve como objetivo principal reconstruir e analisar o contexto histórico-político que levou à Guerra do Leda, situando-o dentro das transformações históricas e territoriais do sertão maranhense. Para tanto, objetivou-se especificamente: Levantar as fontes históricas, como jornal, pesquisas e publicações; analisar os dados encontrados no levantamento documental; compreender o conflito histórico e político da Guerra do Leda. Para isso adotou-se uma metodologia de pesquisa baseada em análise documental, a partir de uma ação reflexiva e crítica que permeou toda a investigação, possibilitando compreender os dados encontrados como constituintes políticos, sociais e históricos. Buscou-se por meio da revisão bibliográfica e exame de fontes jornalísticas da época, compreender os fatos e o que ele representa para a identidade cultural grajauense.

Para fins de apresentação, o artigo foi organizado a partir da seguinte estrutura: Introdução; seção 1 (CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA); subseção 1.1 (A colonização de Pastos Bons e o desbravamento do sertão); subseção 1.2 (O surgimento dos coronéis e chefes políticos na povoação); seção 2 (A GUERRA DO LEDA: os crimes de violência de Estado praticados no Grajaú na virada do século XIX para o XX); Seção 3 (O FIM QUE TEVE LEÃO LEDA); Seção 4 (CONSIDERAÇÕES FINAIS).

A seção 1, intitulada “CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA”, dedicou-se a apresentar os fundamentos necessários para a compreensão do objeto de estudo. Nessa seção, a subseção 1.1 intitulada “A colonização de Pastos Bons e o desbravamento do sertão” abordou o processo de colonização do sertão de Pastos Bons e o desbravamento da região centro-sul maranhense, destacando as frentes de expansão, a concessão de sesmarias e os conflitos iniciais com as populações indígenas. A subseção 1.2, intitulada “O surgimento dos coronéis e chefes políticos na povoação”, analisou o surgimento dos coronéis e chefes políticos locais, evidenciando a formação das disputas pelo poder no sertão e a consolidação das oligarquias regionais.

A seção 2, intitulada “A GUERRA DO LEDA: os crimes de violência de Estado praticados no Grajaú na virada do século XIX para o XX”, dedicou-se à análise da Guerra do Leda, discutindo os crimes de violência de Estado praticados no Grajaú na transição do século XIX para o XX.

A seção 3, intitulada “O FIM QUE TEVE LEÃO LEDA”, tratou do exílio de Leão Leda, de sua atuação política fora do Maranhão e das circunstâncias que culminaram em sua morte.

Por fim, a seção 4, intitulada “CONSIDERAÇÕES FINAIS”, retomou a relevância histórica do conflito e discutiu seus significados para a memória política do sertão maranhense.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.

1.1 A colonização de Pastos Bons e o desbravamento do sertão.

O processo de colonização do sertão de Pastos Bons, expressão mais tarde utilizada por colonizadores paulistas e baianos para designar a grande porção de terras existentes entre os rios Tocantins e Parnaíba, teve seu início com a doação de sesmarias, em 1676, por parte do governador da Capitania de Pernambuco, D. Francisco de Almeida, a exploradores pertencentes à Casa da Torre, inicialmente às margens dos rios Canindé, Piauí e Gurguéia. Tais doações, sendo divulgadas a terceiros como conquista, motivaram outros exploradores a solicitarem sesmarias, sendo estas doadas por diversos governadores de Pernambuco de forma desordenada (Pacheco Filho, 2011).

Pacheco Filho (2011, p. 21) analisando as interpretações da colonização do sertão centro-sul maranhense a partir dos escritos de diversos intérpretes, desde militares a serviço da Coroa, narrativas jornalísticas publicadas por jornalistas autodidatas, e teses de doutoramento que dão ênfase à história e memória dos sertões, destacou:

As terras recebidas, quase sempre com os mesmos tamanhos, – três léguas de frente e seis de fundos –, nos mesmos espaços físicos, propiciaram desentendimento entre os requerentes. Desconhecedores da geografia física da região, ao demarcarem suas terras, tinham conhecimento de outro dono. Isso resultou no deslocamento de sesmeiros cada vez mais para o ocidente, em busca de novas terras [...].

As confusões motivadas pelo desconhecimento da geografia do sertão no ato de demarcação das terras recebidas, conduziram os sesmeiros cada vez mais ao ocidente, fazendo com que estes chegassem às margens do rio Parnaíba, onde por sua vez fundaram fazendas (também podendo ser mencionadas como currais) tendo como principal atividade a criação de gado vacum e cavalar.

Cardoso (1947, p. 02-03), escrevendo os anais da história de conquista e consolidação do município de Pastos Bons, acerca do início do processo de colonização da região centro-sul maranhense se expressou da seguinte forma:

Foi só, porém, no início do século XVIII – quando a colonização do Maranhão, em pleno ciclo da cana de açúcar, não se tinha afastado das proximidades dos engenhos, na zona litorânea, mas se estendendo às Aldeias Altas, hoje Caxias, que vaqueiros procedentes do vale do São Francisco e da serra da Ibiapaba, em Pernambuco, iniciaram o devassamento dos sertões maranhenses.

A partir da análise de documentos e narrativas construídas acerca da colonização da região centro-sul maranhense, concluímos que o processo de colonização da hinterlândia maranhense se inicia na primeira metade do século XVIII. Cardoso (1947, p. 02) acerca do início do povoamento da região, afirma que “em 1740, cerca de cento e vinte fazendas de gado,

disseminadas por uma larga zona de exuberante pastagem, constituía ali outros tantos núcleos de povoação”.

Pastos Bons servia então, como o ponto de partida das bandeiras que se organizavam para a conquista de terras para o ocidente, sendo a mais importante dessas bandeiras a expedição feita a mando de Dom Diogo de Souza, a partir da carta régia de 12 de março de 1798, que resultou na descoberta do rio Tocantins e na fundação de cidades como Riachão, Grajaú e Carolina. Dessa expedição fizeram parte: Manoel José de Assunção, Manuel Coelho Paredes, Antônio Pimentel, Elias Ferreira de Barros, Pedro Gomes de Goveia, Antônio Francisco dos Reis, Antônio Moreira da Silva, Segismundo Rodrigues Chaves, Alexandre Marinho e Manuel Henrique (Cardoso, 1947. p. 3).

Tendo como principal propósito a fundação de fazendas de gado, partiu da vila de Pastos Bons, em 1811, Antônio Francisco dos Reis, liderando um grupo de exploradores com o mesmo propósito. Agradou-se da região banhada pelo rio Grajaú, assentando seu arraial à margem direita do rio, logo após conquistar a amizade da tribo indígena dos piscobiés ali localizada. Deu o nome ao arraial de “Porto da Chapada” (Viveiros, 1960, p. 191).

O Porto da Chapada, além de ocupar posição geográfica privilegiada, servindo como um elo entre as populações do sertão com as da capital da Província, logo foi palco da migração de mais de 40 pessoas que logo passaram a habitar a localidade, pois ali podiam se prover de artigos e produtos que somente poderiam obter em Caxias, após uma viagem de mais de duzentas léguas. O Porto da Chapada passou a servir então como um importante centro comercial no interior do sertão (Dino, 2021).

Antônio Francisco dos Reis, tendo conquistado a amizade dos piscobiés, e contando com a ajuda destes como informantes, guias e remeiros, decidiu regressar a São Luís em uma pequena canoa apropriada para isso, com o intuito de contar aos seus superiores o feito. Viveiros (1960, p. 191) dedica alguns parágrafos a contar as desventuras do alferes de milícias em sua ida a São Luís e seu retorno ao Porto da Chapada, assim relatando:

Explorando o rio, desceu-o águas abaixo, entrou no Mearim, e, depois de um percurso de 150 léguas, veio ter a São Luís, capital do Estado, onde residia o Capitão General Governador, cargo então ocupado por Paulo José da Silva Gomes, 1º Barão de Bagé, que lhe recompensou a façanha, cumulando-o de presentes: armas, munições, panos e sal. [...]

O alferes de milícias e bandeirante baiano causou grande surpresa ao revelar em São Luís a descoberta de novas terras. Como recompensa e a título de encorajamento por parte do Governo do Estado, retornava ao Porto da Chapada carregando sal, tecidos, e entre outras mercadorias, armas e munições, ferramentas destinadas a subjugar os nativos à obediência (Dino, 2021).

Os autóctones não representavam para os bandeirantes um problema difícil de lidar. O “modus operandi” utilizado pelos conquistadores para se sobrepor aos indígenas já era, naqueles tempos, institucionalizado e de forma sistematizada, os colonizadores já vinham lidando com eles. Escravização, genocídio através do contágio de novas doenças trazidas pelos colonizadores, e aproveitar-se da ingenuidade dos nativos a comprar-lhes com pano, sal e açúcar, eram estratégias já utilizadas anteriormente pelos bandeirantes. Os piscobiés, habitantes das margens do rio Grajaú, no entanto, tiveram uma reação diferente daquela esperada pelos bandeirantes à mudança de tratamento, como relatou Carvalho (2011, p. 113):

Envaidecidos pelo sucesso e confiando demais na força das armas, Antônio Francisco e seus companheiros católicos mudaram de norma no tratamento dado aos autóctones, esquecendo o fraterno acolhimento e a coadjuvação por estes dada ao empreendimento. Retribuíram o acolhimento amigo com a depredação nas tabas, o assassinio dos homens e mulheres, o roubo e a escravidão dos filhos. [...] Justa revolta dos autóctones destruiu o Porto da Chapada e expulsou os colonizadores em 1813.

Do momento em que chegaram às terras onde fundaram a povoação, nada tardou para que os bandeirantes traíssem a confiança ingenuamente depositada pelos piscobiés e passasse a escravizá-los. Demorar-se-iam dois anos para que os autóctones se levantassem em revolta contra os colonizadores e incendiassem as habitações edificadas por eles. Os revoltosos queimaram vivas trinta e oito pessoas, e saquearam o sal e todo gênero que conseguiram carregar, deixando todo o resto, como embarcações e tábuas que serviam de apoio a estas, jogadas ao fogo. Findava-se, assim, a primeira tentativa de colonização das margens do rio Grajaú.

O desastre que ocorrera no Porto da Chapada consternou os habitantes de Pastos Bons, tornando a reconquista da Chapada, assim como a reconstrução do porto, uma necessidade de sobrevivência econômica, pois tal empreendimento lhes reestabelecia a comunicação com São Luís via rio Grajaú. Dino (2021, p. 56) defendeu sua tese fundamentada no princípio de que o porto era uma necessidade para os pastos-bonenses, dado o isolamento geográfico da região, como expressou:

Era para eles uma necessidade de sobrevivência econômica o reestabelecimento dos vasos comunicantes com São Luís, via rio Grajaú. Homens de visão, logo compreenderam que ali estava, como se diz nos dias de hoje – o mapa da mina. [...] Persistimos em nossa tese: o isolamento geográfico ou as difíceis condições de comunicação com a capital da Província – obrigavam os pastos-bonenses a investir na reconstrução da povoação extinta.

Tamanha era a necessidade de reconstrução da povoação e do porto, que os pastos-bonenses organizaram uma poderosa expedição na tentativa de destruir os silvícolas, e após enfrentarem-se em luta corpo a corpo, resultou na derrota dos expedicionários pelos indígenas em cima da Serra que ficou conhecida como “Serra da Desordem” (Dino, 2021). Os guerreiros timbiras, enfrentando as armas de fogo dos bandeirantes, conseguiram o feito: cerca de 86

bandeirantes sucumbiram, e os que sobreviveram, fugiram desorientados rumo a Pastos Bons. Abranches (1993, p.114) tomando o relato do professor Melo e Albuquerque sobre as bandeiras que colonizaram o sertão, sobre esta segunda escreveu:

[...] Vencedores na primeira investida, devido à sua superioridade em armas, não contaram com a tática dos agredidos que, dispostos estrategicamente em pequenas colunas aguerridas, obrigaram-nos a esgotar as munições para, de chofre, cair sobre eles, aniquilando-os em horrenda luta corpo a corpo.

Era indispensável para as autoridades portuguesas que houvesse uma retomada de posse no Porto da Chapada, e que houvesse uma urgente afugentação dos índios das margens do rio Grajaú. Após duas falhas tentativas contra os silvícolas, veio a reação por parte das autoridades portuguesas através do Ofício de nº 798, de 19 de abril de 1815, do Governador do Maranhão, Paulo José da Silva Gama, ao juiz do Julgado do Mearim, onde ordenava que as autoridades locais tomassem as medidas necessárias para direcionar a Tropa que se responsabilizaria por apaziguar a situação e repulsar os índios dos contornos de Pastos Bons e das margens do rio Grajaú (Pachêco Filho, 2011).

A terceira expedição enviada a partir da vila de Pastos Bons na tentativa de retomada de posse, em cumprimento às ordens do Governador do Maranhão em ofício, ocorreu em 1816, quando Manuel Valentim Fernandes, criador de gados, acompanhado de cerca de 40 soldados do regimento da 1ª linha de Pastos Bons e de alguns civis, apresentou-se na Chapada como inimigo de Antônio Francisco dos Reis e dos timbiras, tribo que, por sua vez, era inimiga dos piscobiés. Assim relata Viveiros (1960, p. 192):

Com muita velhacaria, Manuel Valentim Fernandes apresentou-se na Chapada como inimigo de Antônio Francisco e dos timbiras, tribo odiada pelos piscobiés. Captou-lhes assim a confiança e induziu-os a fazer, com seu auxílio, guerra aos timbiras. Logo no primeiro combate, as tropas de Valentim passaram-se para o lado destes, dizimando aqueles. Toda a Chapada caiu em poder do conquistador [...].

O experiente sertanista aproveitou-se da situação de tensão entre os piscobiés e seu predecessor, e apresentou-se aos indígenas como sendo inimigo declarado de Antônio Francisco dos Reis. Além disso, o agrado dos piscobiés pelo sal, açúcar, panos, alcoólicos e entre outros que os haviam sido apresentados pelos colonizadores, e a própria desarmonia que havia entre estes e os timbiras, são causas apontadas como a motivação para a facilidade que encontrara Manuel Valentim em selar a paz entre índios e sertanistas.

Manuel Valentim em companhia daqueles que o ladeavam na expedição, juntamente aos familiares destes que se juntaram logo após, reedificaram a povoação no mesmo local da anterior. No seu centro, no alto de uma colina, construiu a igreja em homenagem ao Senhor do Bomfim. A povoação teve um rápido crescimento, criando o Governo do Estado um distrito

judiciário de Pastos Bons, dando-lhe o nome de São Paulo do Norte em homenagem aos feitos dos bandeirantes (Carvalho, 2011).

O rápido crescimento do distrito São Paulo do Norte logo atraiu migrantes vindo do litoral marítimo, parte motivada pelo próspero comércio, parte motivada pelas perseguições governamentais a dissidentes políticos (Carvalho, 2011). Se fez conveniente notar que após a reconstrução do povoado, as doações de sesmarias às margens do rio Grajaú se intensificaram, contribuindo diretamente para o afastamento de indígenas da região. Conforme registros no Inventário dos Requerimentos, Processos de Cartas e Datas de Sesmarias (1754-1823), foram doadas noventa e nove datas e sesmarias na ribeira do rio Grajaú no período de 1815-1822 (Pachêco Filho, 2011).

Apesar de o comércio estar em pleno desenvolvimento, e o distrito São Paulo do Norte em crescimento exponencial, as lembranças do violento episódio ocorrido em 1813 ainda assombravam a população, o que motivou as autoridades estaduais, com o objetivo de tranquilizar a população e manter longe os indígenas que viviam nos arredores, estabelecerem um Destacamento Militar permanente na região.

O crescimento da povoação, impulsionado pelo fluxo constante de pessoas e mercadorias entre a região e a capital, transformou o distrito São Paulo do Norte em um importante entreposto comercial no alto sertão maranhense, motivando a publicação em 29 de abril de 1835, por Decreto N° 7, do então Presidente da Província, Pedro da Costa Ferreira, que desmembrando o distrito da Comarca de Pastos Bons, elevou-a a vila, a chamar-se “Vila do Senhor do Bomfim da Chapada”, sendo conhecida apenas como “Chapada” para economia de palavras.

Outros atos de elevação e divisão foram publicados posteriormente em forma de leis, a saber: Lei Provincial de 31 de agosto de 1841, divide a Comarca de Pastos Bons em duas, criando a Comarca da Chapada; em 1855, outro ato desmembra o município de Riachão da Comarca de Chapada, e este passa a pertencer à Comarca de Carolina; em 1856, Porto Franco é desmembrada da Comarca de Chapada; em 1871, Imperatriz é emancipada; em 1873, Barra do Corda é elevada à condição de vila; no mesmo ano, é ereta à condição de Comarca independente da Chapada; em 1881, a Comarca independente da Chapada é elevada à condição de cidade com a “denominação de Grajaú”, pela Lei Provincial N° 1.225, de 07 de abril de 1881. (Amorim, 2008, p. 15).

Assim, o processo de povoamento da região centro-sul maranhense, especificamente o sertão de Pastos Bons, e em especial o Porto da Chapada, revelou-se um processo marcado por enfrentamentos violentos entre colonizadores e indígenas, marcando a ambiguidade na relação entre bandeirantes, como Antônio Francisco dos Reis e Manuel Valentim Fernandes e os autóctones – ora tratados como aliados, ora tratados como inimigos, sendo considerados

obstáculos a serem eliminados. Um processo conturbado, mas que resultou no desenvolvimento de uma próspera povoação, de grande importância para o sul do Maranhão.

1.2 O surgimento dos coronéis e chefes políticos na povoação.

O sertanista Manuel Valentim Fernandes, tendo fundado a povoação denominada São Paulo do Norte nas circunstâncias ora discutidas, pode e deve ser considerado, além de fundador, o primeiro chefe político da região. Por muitos anos, Valentim Fernandes mandou em tudo, visto que era dono de currais, armazéns, igreja. De forma geral, era dono da povoação por inteiro, sendo mencionado como um autêntico déspota do sertão (Viveiros, 1960).

Dada a importância que a povoação São Paulo do Norte havia conquistado, era esperado que aparecessem, vindos da capital ou da sede do distrito, outros personagens para compor a disputa pela chefia política da região. E apareceu, na figura de Militão Bandeira Barros. Filho bastardo de um rico proprietário de fazendas de gado e senhor de escravos, o Capitão-mor de Pastos Bons Antônio Rabello Bandeira, Militão apresentou-se na povoação como um homem de grande carisma e conhecimentos intelectuais nos campos da literatura, filosofia e da ciência política.

Não se demorou muito para que Militão Bandeira Barros fosse aclamado como o dono do lugar, consolidando-se como um importante líder político de oposição e chefe dos adversários do velho Manuel Valentim Fernandes. Diogo Lopes de Araujo Sales, substituindo Fernandes no posto de chefia de seu grupo, nunca conseguiu se bater, ou mesmo se sobrepor ao grupo de Militão, que por sua vez, além de ser detentor de vasta riqueza, era também um homem de decisão e argúcia (Viveiros, 1960).

Diogo Lopes se destacou como um dos poucos “homens de posse” que se opuseram aos ideais de Militão Bandeira Barros, como relata Coutinho (2023, p. 98):

Dentre os pouquíssimos homens de posses e influência que não comungavam dos ideais de Militão, encontrava-se o cearense Diogo Lopes de Araújo Sales que deixou a Chapada, certamente pela insuportável oposição ao Militão, para tornar-se a “figura principal” do Povoado do Campo Largo, entre os rios Alpercatas e Capim. Anos depois, ele retornaria à Chapada e entraria para a história da cidade como o maior inimigo de Militão Bandeira Barros.

A figura de Militão Barros destacou-se muito rapidamente na Chapada. Sendo descrito como uma das figuras mais curiosas do sertão, um homem de fisionomia “simpática e insinuante”, mas também uma figura um tanto misteriosa, já que ninguém sabia ao certo onde havia sido educado. Quando chegara à Chapada trouxera na bagagem uma grande biblioteca. Os livros trazidos por Militão, longe de serem meros objetos decorativos, serviam para sua recreação, como também serviam de empréstimo aos amigos que lhe eram leais seguidores.

Militão, junto a figuras como Cláudio Chaves, Miguel Carvalho, Liberalino Bastos, Manuel Gama, Bernardo Costa, Raimundo Junqueira, Gustavo Tavares, dentre outros, formavam um centro de estudos tendo como sede das suas reuniões a calçada de Militão, reunidos em longas palestras literárias e políticas, o que chamaram de “roda de amigos” (Viveiros, 1960, p. 193).

Os intelectuais políticos da “roda de amigos” de Militão Barros acompanharam e aplaudiram revoltas como a Revolução Pernambucana de 1817, apoiaram o grito de independência de Pedro I, e apoiaram amplamente a Revolta dos Balaio, a Balaiada, tendo Militão Bandeira dado abrigo aos negros revoltosos perseguidos pelo Estado. Dessa forma, através da figura de Militão Bandeira Barros, famoso por seus atos e respeitado entre a sociedade em geral e entre políticos, a Chapada tornava-se asilo seguro dos inconformados políticos (Viveiros, 1960).

Militão Barros destacara-se pela sua atuação como Juiz de Paz, e por ocupar o cargo de Chefe da Guarda Nacional, trazendo visibilidade para a terra que adotara como lar, dando à Chapada a fama de reduto de sertanejos letrados. No entanto, apesar de sua fama de chefe político popular, havia quem discordasse dos seus ideais. Essa oposição tornou-se ainda mais acentuada com o surgimento da família Moreira, que viriam a ser os maiores opositores do coronel, pois ao contrário de Diogo Lopes, estes eram detentores de muitas posses.

A respeito da família Moreira na Chapada, sabe-se que José Bento Moreira, paulista, apresentou-se no sertão como um rico comerciante que viera de lá com o intuito de negociar na Chapada. Logo contraiu núpcias com uma rica senhora de Pastos Bons, Perpétua Maria dos Reis, com quem teve várias filhas. A presença de José Bento na Chapada logo fez com que os oprimidos por Militão Barros procurassem sua proteção, formando assim uma oposição ao chefe político. Essa disputa pelo controle político da Chapada fez “durante anos a vida do sertão maranhense girar em torno desses dois homens, sem que um deles conseguisse liquidar o adversário” (Viveiros, 1960, p. 194).

O início da queda do chefe político do partido bem-te-vi (liberais no Maranhão) Militão Bandeira Barros, deu-se quando foi preso, em 1839, acusado pelo assassinato do vigário da Vila do Senhor do Bonfim, Padre Antônio do Rosário Cardozo. O fato é que o padre, em uma sessão de júri presidida por Militão na Vila da Chapada, no mesmo ano, opusera-se à participação deste no conselho, argumentando que o mesmo era filho bastardo nascido de uma escrava alforriada por seu pai, Antônio Rabello, implicando que uma sentença não poderia ser dada por um negro (Abranches, 1993).

Dias após a tumultuosa sessão de júri em que o padre argumentara que Militão, por ser liberto, estava impedido por lei de exercer aquela tão elevada função, “foi ferido de morte na sua própria casa por uma escolta, enviada para prendê-lo em nome do juiz de paz da localidade”

(Abranches, 1993, p.115). Militão, já sendo naquela época Juiz de Paz da Chapada e Chefe do Partido dos Bem-te-vis (liberais no Maranhão), foi condenado e preso.

Enquanto esteve preso, Militão Bandeira Barros, além de perder a sua idoneidade moral e sua elevada posição social na Chapada, também teve seus bens saqueados por seu maior inimigo político, Bento José Moreira, que acreditava que Militão não retornaria tão cedo da condição de recluso. A respeito dos atos praticados por Bento José Moreira durante o período em que ficou preso Militão Bandeira Barros, Pachêco Filho (2011, p. 76) relatou:

O Maranhão, nessa época, vivia o auge da Balaiada, e pelo sertão ela passava como um rastilho de pólvora. Bento José Moreira imaginou que mais um negro desapareceria na Revolução. E aproveitou a prisão de Militão Bandeira para invadir, saquear e apropriar-se de seus bens (APEM Secretaria do Governo. Guarda Nacional. Setor de Avulsos 26.04.1847). Ao retornar da prisão, Militão Bandeira tentou reaver seus bens, mas não conseguiu. Enviou inúmeras cartas e ofícios aos governadores do Maranhão, evitando, contudo, usar métodos pouco ortodoxos e voltar a ser preso.

O saque realizado por Bento Moreira aos bens de Militão enquanto este estava preso, fez com que a família Moreira se tornasse sua inimiga mortal. A família Leda por sua vez fora alcançada pela briga quando Antônio Rodrigues de Miranda Leda contraiu núpcias com Leocádia Moreira, esta por sua vez filha de Bento Moreira. A partir desse ponto, “a união das famílias tornou os Leda inimigos de Militão Bandeira” (Pachêco Filho, 2011, p. 76). A inimizade e a ânsia de vencer os Moreiras e os Ledas, no entanto, acompanhou Militão Bandeira Barros até o seu leito de morte, como relata Viveiros (1960, p. 194):

Conta-se que Barros, mesmo na hora da morte, lamentava desaparecer do mundo sem haver destruído os Moreiras e não ficar na Chapada um homem capaz de fazê-lo, ao que, da penumbra de um canto do aposento, partiu de um menino, protegido da casa, esta promessa de consolo: ‘Fico eu’. Era Francisco de Araujo Costa, piauiense, emigrante, que aparecera na Chapada e se abrigara sob a proteção de Barros. Cumpriu a promessa. Anos passados, era o chefe do Partido Conservador na Chapada e movia luta implacável contra os Moreiras e os Ledas.

Francisco de Araújo Costa nascera no Piauí, mas ainda muito moço, fora trazido à Chapada. Pobre, sem bens e sem parentes no sertão maranhense, fora acolhido sob a proteção do Coronel Militão Bandeira Barros, aproveitando este a capacidade do moço e o ensinando a advogar no foro da Vila da Chapada. Focado em cumprir a promessa que fizera a Militão no seu leito de morte (a de ser o homem a destruir as famílias Moreira e Leda), tornara-se líder do Partido Conservador, tendo sua história marcada por violentas perseguições a seus adversários políticos, fazendo com que a Chapada fosse notícia em jornais por todo o Brasil.

Se faz importante mencionar nesse momento que a luta na Chapada, ainda antes de ser uma dualidade entre liberais e conservadores, era uma disputa pela chefia do poder local, também podendo ser entendida como uma disputa pelo poder entre os líderes dos partidos políticos da capital contra os líderes dos partidos políticos do sertão. Nesse sentido, a briga de Militão Bandeira Barros contra as famílias Moreira e Leda “atravessou gerações e chegou a

Leão Leda, um homem ilustrado, que estudara no Liceu Maranhense [...]. Assim como Militão, seus ancestrais haviam participado de todas as lutas acima mencionadas” (Pachêco Filho, 2011, p. 77).

Tendo passadas as gerações de coronéis do sertão de Manuel Valentim Fernandes, Militão Bandeira Barros, Diogo Lopes de Araújo Sales, Bento José Moreira e Francisco de Araújo Costa, a briga pela chefia política na Chapada (agora sendo chamada de Grajaú) continuava com a geração que sucedeu a essa, tendo de um lado Jeferson Nunes – líder do Partido Federalista e representante do governo estadual – e Leão Leda – líder do Partido Liberal e arguto político do sertão. Estes protagonizaram uma página da história política do sertão manchada por sangue, que posteriormente ficaria conhecida por Guerra do Leda ou Guerra do Grajaú, contextualizada a seguir.

2 A GUERRA DO LEDA: os crimes de violência de estado praticados no Grajaú na virada do século XIX para o XX.

Parsondas de Carvalho, denunciando os atos de violência de Estado praticados no Grajaú a partir de seus escritos publicados nos jornais “A Pacotilha” em São Luís e no “Jornal do Brasil” no Rio de Janeiro, entre 1902 e 1903, fez com que os atos praticados a mando dos grandes coronéis políticos do Maranhão chegassem ao conhecimento popular, e entrasse para a história como um dos maiores atos de violência de Estado contra os sertanejos. Se faz necessário, para fins de contextualização, conhecer as mudanças que haviam sido realizadas no cenário político grajauense nos anos finais do século XIX.

Com o falecimento de Francisco Moreira, então coronel da Guarda Nacional, a chefia do partido liberal fora entregue, em 1887, a Leão Rodrigues de Miranda Leda, que tendo concluído seus estudos no Liceu, em São Luís, retornou ao sertão com sede de lutar pelos seus. O caudilho Leão Leda não escondia as suas preferências políticas. Era um justiceiro irredutível, condenava a indiferença dos chefes políticos da capital em relação ao sertão, e acreditava que todos os problemas do Brasil poderiam ser sanados com a Proclamação da República.

Nos idos de 1888, os conservadores, ainda representados pelo coronel Araújo Costa, defendiam como posição ideológica, e com unhas e dentes, a manutenção do decadente Império do Brasil e a figura do Imperador Dom Pedro II. Os liberais, no entanto, representados por Leda, defendiam um “regime mais participativo, de repartição dos poderes sobre a égide do sistema federativo” (Coutinho, 2023, p.192). A abolição da escravidão pela assinatura da Lei Áurea no mesmo ano, no entanto, não havia causado grandes murmúrios no Grajaú, visto que a presença de escravos nessa região era inexpressiva.

Com a Proclamação da República Federativa do Brasil, em 1889, ocorreu grande mudança no cenário, como relatou Coutinho (2023, p. 193):

Na Chapada, os líderes liberais voltavam ao poder. Os principais cargos seriam ocupados por históricos liberais e o novo regime dava todos os sinais de que vinha forte e vinha para ficar, logo declinam o poder e a influência de Araújo Costa, surgindo o novo chefe político de Grajaú, Leão Leda, o mais intransigente e fervoroso defensor da república e o mais beneficiado por ela.

A ascensão do novo regime fez com que ascendesse o poder de Leão Leda e que declinasse em absoluto o poder de Araújo Costa. Entretanto, como de praxe, apareceria no sertão de Grajaú novas figuras para compor a disputa pelo poder. Percebendo os rumos que tomava a política maranhense, o líder político Jefferson Nunes (até então com pouco prestígio) filiou-se ao Partido Federalista, “agremiação política de Benedito Leite, grande liderança maranhense e, a esta época, iniciando sua ascensão política” (Coutinho, 2023, p. 195). Benedito Pereira Leite, imortalizado pelo historiador Jerônimo de Viveiros como “um verdadeiro republicano”, pode ser considerado um dos maiores coronéis da história do Maranhão. Com grande influência política, Leite fez ser eleito, em 1898, João Gualberto Torreão da Costa, que governou o Maranhão de agosto de 1898 a março de 1902.

Sendo historicamente conhecido como um preposto de Benedito Leite, João Costa assumia em 1898 a chefia do executivo estadual e com ele, o partido Federalista. Jefferson Nunes, sendo representante do partido Federalista no sertão, tornou-se o responsável por indicar os nomes que ocupariam os cargos não eletivos em Grajaú. Dentre os nomes indicados a tais cargos estava o de Estolano Eustáquio Polary ao de Promotor Público de Grajaú. As circunstâncias políticas e os ânimos elevados levaram ao assassinato do Promotor em 16 de agosto de 1898, sendo este apontado, historicamente, como o estopim para o início da sangrenta Guerra do Leda (Pachêco Filho, 2011).

Após breve inquérito em relação ao homicídio do Promotor, foram acusados como executores os irmãos Moreira: “Silvino, Nelson e Tomás José e o seu líder político e adversário do novo governo, Leão Leda” (Coutinho, 2023, p. 196). Jefferson Nunes, movido pela vontade de fazer sucumbir o poder de Leda, não demorou para reunir pequena força de homens da lei e marchar ao encontro do caudilho na intenção de fazê-lo imediatamente preso. Tamanho era o prestígio político de Leão Leda no sertão, que imediatamente se formou um numeroso exército de homens armados, que voluntariamente e em defesa da causa de Leda, marcharam contra as forças de Jefferson Nunes. Os homens de Nunes, em menor número, sem nenhuma chance de se sobreporem contra o exército de Leão Leda, fugiram para Barra do Corda.

A respeito desse episódio, Parsondas de Carvalho (Jornal do Brasil, 1901, p. 5) relatou:

[...] Depois, aconteceu que Leão Leda, tendo sido processado por suposto crime de cumplicidade no homicídio de Estolano Polary, resistiu a uma intimação de prisão no

lugar Carolina, e tanto bastou para que a força estadual do Maranhão, destacada no Grajaú, se derramasse no sertão matando e queimando as casas dos suspeitos dos amigos de Leão Leda e essa força queimou as casas e engenho do Pau Ferrado [...].

Tendo recebido total apoio do governo estadual na empreitada contra Leão Leda, Jefferson Nunes recebeu, em Barra do Corda, grande contingente de soldados vindos da capital, comandados pelo Tenente-coronel Pedro José Pinto, rumo a Grajaú e aos seus sertões (Coutinho, 2023). Os conflitos que se desencadearam no Grajaú a partir da chegada dos militares da capital, não ficaram reclusos a apenas encontrar a Leão Leda, mas também a aterrorizar os sertanejos que de alguma forma tivessem ligação com o caudilho, fosse por amizade, ou por ser correligionário de sua ideologia.

O comando da operação Guerra do Leda passou às mãos do tenente coronel João de Deus Moreira de Carvalho, e como seus ajudantes na organização desta os capitães Bibiano e Nicolau. Leão Leda já havia fugido para lugar incerto com seu bando, alguns diziam que este estava por Goiás, outros diziam ter notícias do caudilho em Riachão. O fato é que os episódios de violência no sertão não cessaram, pelo contrário, se intensificaram.

A caçada contra Leda fez dos sertanejos vítimas de extorsões, atentados, violência e homicídio. Segundo escreveu Parsondas de Carvalho, “para evitar o enfatiamento que a repetição das mesmas cenas causa, passo um traço por baixo das parcelas de outubro e apresento a soma: 48 mortos e 63 casas queimadas” (Carvalho, 1902, p. 3). Assim relatou Vieira (2013, p. 5) sobre a passagem dos militares pelos sertões:

[...] Por onde passavam os representantes do governo, ações criminosas eram praticadas, o ambiente ficava arrasado, as mulheres eram estupradas, as propriedades incendiadas, roubadas e saqueadas, o governo não poupava idosos, crianças, mulheres grávidas, vaqueiros etc. A ordem era sair em busca de Leão Leda, colocá-lo na prisão. Na percepção do governo, seria uma forma de impedir qualquer atitude do coronel Leda contra o mandonismo da capital [...].

Benedito Pereira Leite, o coronel do Maranhão, homem de maior influência política nesse contexto, deixou claro o recado: aqueles que, como Leda, ousassem a fazer qualquer tipo de oposição política, ou que de alguma forma ameaçasse a soberania do seu poder, teriam de estar preparados para enfrentar o que Leda (e consequentemente todo o sertão) estava enfrentando. Os agentes de Benedito Leite espancavam, estupravam, roubavam, saqueavam, incendiavam e assassinavam camponeses em benefício de mantê-lo com seu poder absoluto.

O saldo da barbárie chegou aos ouvidos do Governador do estado; A revolta dos sertanejos contra a violência empregada pelos militares no sertão chegou ao palácio em São Luís. Conforme o relatado por Coutinho (2023):

A repercussão destas barbáries chega aos salões do palácio que aliada à grande revolta da população e ao estado de medo e violências do sertão faz o governador enviar o chefe da seção do Tesouro Estadual, Raimundo Ermelindo de Souza Martins para, pretexto de verificar as altas despesas coma guerra, constatar e relatar a realidade da situação.

Relatou ainda:

Missão cumprida e relatório apresentado, concluiu-se pela veracidade das acusações de arbitrariedades e distorção do objetivo da missão oficial, deixando de ser uma operação de aprisionamento de um fora da lei para ações de vingança, de forte cunho político e de vantagens pessoais.

O fim da operação Guerra do Leda finda-se com este saldo. Dezenas de inocentes mortos, dezenas de residências queimadas, e Benedito Pereira Leite permanecendo com seu poder absoluto. O episódio da Guerra do Leda pode ser facilmente comparado com outros crimes de violência de Estado que foram empregados em diversas situações desde o Brasil-colônia, em que militares do exército brasileiro se sobrepunham contra os rebeldes em justa revolta, e em batalhas covardes, a exemplo da Inconfidência mineira e da batalha de Canudos.

3 O FIM QUE TEVE LEÃO LEDA.

Leão Leda tendo optado por deixar o sertão e exilar-se em Boa Vista (hoje Tocantinópolis) no estado do Goiás, adquiriu fazendas e propriedades nos arredores da cidade, o que lhe permitiu a migração em massa da numerosa família Leda para o Goiás. A sua ida para o Goiás devolveu-lhe o prestígio de líder político, caindo nas graças do então Governador Rocha Lima, que segundo escreveu Maranhão (1990):

Sua presença respeitável e modos educados conquistaram a simpatia do Governador Rocha Lima, que o atendeu em toda plenitude, dando-lhe o necessário apoio para a sua estabilidade política. Mandou para Boa Vista um Juiz, o Dr. Cantídio, que não transgredia uma linha das recomendações oficiais e o Promotor Público era genro do Coronel Leão.

A nova ascensão política de Leão Leda atraiu os olhares e a ira dos seus novos adversários políticos, dentre eles, o Padre João Sousa Lima, sacerdote católico que tinha grande influência religiosa e política em Boa Vista. Ao lado de Frei Domingos Carrerot, religioso católico de origem francesa em missão no estado do Goiás, travaram intensa batalha política contra o grupo de Leda, sendo a dupla de religiosos historicamente apontados por planejar o assassinato de Leão Leda.

Em 1907, os dois grupos políticos travaram intensa luta armada pelo controle político de Boa Vista. Tendo se enfrentado às margens do rio Tocantins, na localidade identificada como Varjão, foi nessa batalha que perdeu a vida o irmão de Leão, um dos irmãos que foram apontados como participantes do assassinato do Promotor de Grajaú em 1898, Thomaz Moreira. Após esse episódio de batalha armada entre os dois grupos, a família Leda exilou-se mais uma

vez, agora em Conceição do Araguaia, novamente falida por ter deixado todos os seus bens em Boa Vista.

O fim de Leão Leda deu-se, de fato, em 1909. Após exilar-se com sua família em Conceição do Araguaia, perdeu suas propriedades e bens, mas não conseguiu alcançar a paz nas suas diferenças políticas com seus adversários. Moura Lima (1999) narra em um de seus contos o fim de Leão Leda, seu filho Mariano e alguns de seus amigos:

E ali, no cochilo do rosário, Sipaúba, Zeca Mourão e os padres tomaram uma corajosa decisão: mandaram chamar a caboclada do sertão pra salvar Conceição (do Araguaia). Mil e duzentos homens atenderam o apelo dos padres. Todos queriam pegar no pau-furado, para combater o macoteiro e seus pau-de-sebo.

Em 08 de março de 1909, os padres provocaram a ira de seus fiéis católicos para que se levantassem contra os perigos que poderiam oferecer a presença de Leda e de seus correligionários em Conceição do Araguaia. Estes sitiaram a cidade, fechando as entradas e saídas, e dando início a um clima de terror. Cercaram, por fim, a casa onde estavam hospedados Leão e os seus. Os revoltosos aguardavam apenas uma mínima reação de Leão e dos seus correligionários para que iniciassem o seu planejado ataque. E aconteceu ao amanhecer do dia 09. Leão entregou-se desarmado, concordou em sair de mãos erguidas, mas fez uma exigência: que o Frei Domingos Carrerot ficasse ao seu lado. Não tendo sido concedida a sua exigência, saíram Leão e seu filho Mariano, com olhos fitos no céu, de mãos erguidas, foram alvejados por dezenas de tiros que puseram fim em suas vidas. (Maranhão, 1990).

A trajetória de Leão Leda, marcada por lutas políticas e por um intenso enfrentamento do poder estatal, encerra-se de maneira trágica, mas simbólica. A Guerra do Leda, como ficou conhecida, foi mais do que um episódio regional: foi a expressão brutal de um Estado que, a serviço dos interesses de coronéis como Benedito Leite, usou da força armada para reprimir a autonomia política dos sertanejos. Ao denunciar essas atrocidades nos principais jornais da época, Parsondas de Carvalho legou à história uma memória de resistência, documentando um dos mais violentos conflitos políticos do sertão maranhense e eternizando a luta de Leão Leda como símbolo da contestação à hegemonia oligárquica do início da República.

4 CONSIDERAÇÃO FINAIS

A trajetória política de Leão Rodrigues de Miranda Leda, marcada pela braveza deste, por sua liderança e enfrentamento das forças políticas do estado do Maranhão, representa um capítulo singular da história política do município de Grajaú. A chamada Guerra do Leda, longe de ser um simples conflito político interiorano, figura no quadro mais amplo dos conflitos políticos do interior na transição entre o Império e a Primeira República.

O conflito colocou em evidência nacional o choque entre dois projetos de poder: de um lado, o controle político e econômico exercido pelas oligarquias tradicionais representadas por Benedito Pereira Leite; do outro lado, a resistência articulada por líderes políticos regionais que buscavam preservar sua autonomia e influência, estes representados pela figura de Leão Leda e seus aliados políticos. A repressão violenta que se seguiu, promovida por agentes do Estado, resultando em mortes, estupros, perseguições e destruição, deixou marcas profundas na história e na memória dos grajauenses.

A ausência de registros oficiais, a escassez de abordagens sobre o tema na historiografia tradicional maranhense e a omissão de historiadores e pesquisadores em torno da figura de Leão Leda indicam um forte processo de marginalização da figura do caudilho na narrativa oficial. A abordagem sobre a história e a memória de Leão Leda e da própria Guerra do Leda se torna então um ato de ampliação da compreensão sobre a complexidade das disputas políticas no Maranhão.

O presente artigo buscou reconstruir os acontecimentos e situar a Guerra do Leda em seu contexto histórico, oferecendo subsídios para que novos estudos, ainda mais ampliados, aprofundem a análise sobre o papel de Leão Leda e sobre as implicações desse conflito para a história regional do Maranhão e para a história nacional. Desse modo, resgatar os episódios políticos que foram propositalmente apagados da narrativa oficial se tornam, então, um ato de reparação.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. **A Esfinge do Grajaú**. São Luís: Alumar, 1993.

AMORIM, José Raimundo Rodrigues (org.). **Notícia histórica do Grajaú**. Imperatriz, MA: Ética, 2008. 134 p.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.

CARDOSO, Clodoaldo. **Municípios maranhenses: Pastos Bons**. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 1947.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil** (Organização e notas de Adalberto Franklin e João Renôr F. de Carvalho). 3ª ed. Ver. e amp. – Teresina: EDUFIPI, 2011.

COUTINHO, Márcio. **Grajaú: um estudo de sua história**. 2ª ed. São Luís, 2022.

DINO, Salvio. **Raízes Históricas de Grajaú**. 1. Ed. Imperatriz: Estampa, 2021. 120 p.

MARANHÃO, Othon. Setentrião goiano. 2a ed, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Grajaú**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/grajau/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2026.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão: proposta avançada**. São Luís: IMESC, 2020. 91 p. ISBN 978-85-61929-19-0.

MEDEIROS, Euclides Antunes de. **A narrativa jornalística de João Parsondas de Carvalho: memória da violência na região dos vales dos rios Araguaia e Tocantins**. Universidade Federal do Tocantins. 2012.

PACHÊCO FILHO, A.K.G. **Varando mundos: navegação no vale do Grajaú**. São Luís: EdUema, 2016.

PALACÍN, Luis G. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo-SP: Loyola, 1990.

ROCHA, Rosimary Gomes. **Ser e viver o Sertão: memória e identidade sertaneja no sul do Maranhão (1950-2017)**. UFPE, 2017. Tese.

VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. A formação sócio-histórica do latifúndio no sertão maranhense: estrutura e dinâmica do agronegócio no município de Grajaú-MA. 2018. **Tese (Mestrado em História)** – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Benedito Leite: um verdadeiro republicano**. Academia Maranhense de Letras. Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. São Luís, 1960.